

## MINUTA RESOLUÇÃO CONSEPE, XX , DE NOVEMBRO DE 2025

(Atual) RESOLUÇÃO Nº CONSEPE 14/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM para participação em missões institucionais acadêmicas e científicas

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, reunido em sua XXX sessão sendo a XXXX em caráter ordinário, no dia XXX de XXXX de XXXXXX, considerando a importância da realização dos trabalhos de campo ou de visita técnica para a formação dos discentes dos cursos de graduação da UFVJM, RESOLVE:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Considera-se auxílio financeiro o valor pago a título de ajuda de custo, em território nacional, destinados ao deslocamento de estudantes com matrícula ativa nos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM para a realização de missões institucionais.

Parágrafo Único. Compreende-se por Missão Institucional as atividades vinculadas às ações de ensino, pesquisa, extensão ou representação solicitadas por servidor ocupante de função de chefia na UFVJM.

### CAPÍTULO II DA SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DO AUXÍLIO PARA A EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO/VISITA TÉCNICA

§ 3º A solicitação deverá ser formalizada por servidor que ocupe função de chefia, por meio de ofício vinculado a **processo SEI**, especificando: I – justificativa detalhada da missão institucional; II – lista de estudantes convocados; III – programação, cronograma e local das atividades; IV – previsão de despesas, conforme parâmetros desta Resolução.

Art. 5º Caberá à Unidade Acadêmica, Diretoria ou Pró-reitoria responsável analisar e aprovar a missão institucional, conforme instância regimental competente.

Art. 6º O não comparecimento ou abandono das atividades previstas durante a realização da missão, independentemente dos motivos, implicará no ressarcimento dos recursos recebidos pelo discente por meio do pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU).

§ 1º Em casos fortuitos, que impeçam o cumprimento do cronograma, o discente deverá ressarcir os valores recebidos relativos aos dias em que não participar da missão institucional.

§ 2º Caso o discente não efetue o ressarcimento no prazo estabelecido, estará passível às penalidades previstas na legislação vigente.

### CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS

Art. 7º São responsabilidades da Unidade Acadêmica, Diretoria ou Pró-reitoria:

I Instruir processo SEI do tipo “Gestão de benefícios: pagamento de bolsas e auxílios”, para pagamento do auxílio conforme orientações constantes da base de conhecimento correspondente;

II autorizar o pagamento do auxílio;

III encaminhar à Divisão Contábil/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan), todo o processo para efetivação do pagamento dos auxílios aos discentes, observando as normas vigentes;

IV acompanhar o processo e elaborar relatório final simplificado.

Art. 8º Cabe ao estudante fornecer todos os dados necessários para o pagamento do auxílio e participar das atividades, respeitando as normas estabelecidas e executando as tarefas pertinentes à respectiva atividade realizada.

Art. 9º Não será concedido auxílio financeiro aos discentes participantes de missões institucionais, nas quais as despesas com alimentação e hospedagem já estejam contempladas.

## CAPÍTULO IV DOS PRAZOS E VALORES

Art. 10 A concessão do auxílio poderá ser efetivada a qualquer momento mediante a decisão da direção de Unidades Acadêmicas, Diretorias vinculadas à gestão e Pró-reitorias.

Parágrafo único. Nas unidades acadêmicas, a decisão da direção deverá ser homologada na Congregação.

Art. 11 O valor do auxílio deverá contemplar o custeio da alimentação, hospedagem ou ambos.

§ 1º Os discentes poderão solicitar auxílio nas seguintes modalidades:

I 5% do valor da bolsa de iniciação científica CNPQ para custeio apenas de alimentação (por dia);

II 7,5% do valor da bolsa de iniciação científica CNPQ para custeio apenas de hospedagem (por dia);

III 12,5% do valor da bolsa de iniciação científica CNPQ para custeio de hospedagem e alimentação (por dia).

§ 2º Em visitas realizadas em capitais nacionais, haverá um pagamento adicional de 2,5% do valor da bolsa de iniciação científica CAPES por dia para custeio de hospedagem.

Art. 12 O pagamento do auxílio é facultativo e estará condicionado à disponibilidade orçamentária dos cursos, faculdades, diretorias administrativas e pró-reitorias.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 O auxílio concedido na forma da presente resolução é pessoal e intransferível e só pode ser utilizado para os fins determinados, com a previsão de liberação condicionada ao

cumprimento dos prazos estabelecidos e à entrega da documentação exigida, podendo ser acumulado com outras bolsas, auxílios ou benefícios.

Art. 14 O cumprimento desta resolução está condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 15 A execução orçamentária e financeira das despesas objeto desta resolução observará as disposições da Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual Técnico de Orçamento (MTO) vigentes no respectivo exercício, além das normas vinculantes e as alterações posteriores emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Art. 16 Os casos omissos ou controversos na aplicação desta resolução serão encaminhados ao CONSU para análise e deliberação.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Diamantina, xx de xxxxxx de 2025.

**Heron Laiber Bonadiman**  
**Presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**

# UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

## DESPACHO Nº 180/2025/PROGRAD

Processo nº 23086.139866/2025-79

Interessado: @interessados\_virgula\_espaco@

**O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, encaminha o presente processo para análise e deliberação do CONGRAD.

Douglas Sathler dos Reis

Pró-reitor de Graduação



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Sathler dos Reis, Pro-Reitor(a)**, em 18/11/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1944968** e o código CRC **D5411961**.

Referência: Processo nº 23086.139866/2025-79

SEI nº 1944968

## MINUTA RESOLUÇÃO CONSEPE, XX , DE NOVEMBRO DE 2025

(Atual) RESOLUÇÃO Nº CONSEPE 14/2024, DE 27 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM para participação em Ações institucionais discentes.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, reunido em sua XXX sessão sendo a XXXX em caráter ordinário, no dia XXX de XXXX de XXXXXX, considerando a importância da realização de missões institucionais para a formação dos discentes dos cursos de graduação da UFVJM, RESOLVE:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Considera-se auxílio financeiro o valor pago a título de ajuda de custo, em território nacional, destinados ao deslocamento de estudantes com matrícula ativa nos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM para a realização de missões institucionais.

§ 1º Compreende-se por Ação Institucional Discente as atividades de interesse dos cursos, faculdades e setores da UFVJM, vinculadas às ações de ensino, pesquisa, extensão ou representação solicitadas por servidor ocupante de função de chefia na UFVJM.

§ 2º Os trabalhos de campo e visitas técnicas previstas nos componentes curriculares serão tratados em resolução específica.

### CAPÍTULO II DA SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DO AUXÍLIO PARA A EXECUÇÃO DE AÇÃO INSTITUCIONAL DISCENTE

Art. 2º A solicitação deverá ser formalizada por servidor que ocupe função de chefia, por meio de ofício vinculado a **processo SEI**, especificando: I – justificativa detalhada da Ação

Institucional Discente; II – lista de estudantes convocados; III – programação, cronograma e local das atividades; IV – previsão de despesas, conforme parâmetros desta Resolução.

Art. 3º Caberá à Unidade Acadêmica, Diretoria ou Pró-reitoria responsável analisar e aprovar a Ação Institucional Discente, conforme instância regimental competente.

Art. 6º O não comparecimento ou abandono das atividades previstas durante a realização da missão, independentemente dos motivos, implicará no ressarcimento dos recursos recebidos pelo discente por meio do pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU).

§ 1º Em casos fortuitos, que impeçam o cumprimento do cronograma, o discente deverá ressarcir os valores recebidos relativos aos dias em que não participar da Ação Institucional Discente.

§ 2º Caso o discente não efetue o ressarcimento no prazo estabelecido, estará passível às penalidades previstas na legislação vigente.

### CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS

Art. 7º São responsabilidades da Chefia de Departamento, Unidade Acadêmica, Diretoria ou Pró-reitoria:

I - instruir processo SEI do tipo “Gestão de benefícios: pagamento de bolsas e auxílios”, para pagamento do auxílio conforme orientações constantes da base de conhecimento correspondente;

II - autorizar o pagamento do auxílio;

III - encaminhar à Divisão Contábil/Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan), todo o processo para efetivação do pagamento dos auxílios aos discentes, observando as normas vigentes;

IV - acompanhar o processo e elaborar relatório final simplificado.

Art. 8º Cabe ao estudante fornecer todos os dados necessários para o pagamento do auxílio e participar das atividades, respeitando as normas estabelecidas e executando as tarefas pertinentes à respectiva atividade realizada.

Art. 9º Não será concedido auxílio financeiro aos discentes participantes de missões institucionais, nas quais as despesas com alimentação e hospedagem já estejam contempladas.

#### CAPÍTULO IV DOS PRAZOS E VALORES

Art. 10 A concessão do auxílio poderá ser efetivada a qualquer momento mediante a decisão da chefia de departamento, direção de Unidades Acadêmicas, Diretorias vinculadas à gestão ou Pró-reitorias.

Parágrafo único. Nas unidades acadêmicas, a decisão da direção deverá ser homologada na Congregação.

Art. 11 O valor do auxílio deverá contemplar o custeio da alimentação, hospedagem ou ambos.

§ 1º Os discentes poderão solicitar auxílio nas seguintes modalidades:

I - 5% do valor da bolsa de iniciação científica CNPQ para custeio apenas de alimentação (por dia);

II - 7,5% do valor da bolsa de iniciação científica CNPQ para custeio apenas de hospedagem (por dia);

III - 12,5% do valor da bolsa de iniciação científica CNPQ para custeio de hospedagem e alimentação (por dia).

§ 2º Em visitas realizadas em capitais nacionais, haverá um pagamento adicional de 2,5% do valor da bolsa de iniciação científica CAPES por dia para custeio de hospedagem.



Art. 12 O pagamento do auxílio é facultativo e estará condicionado à disponibilidade orçamentária dos cursos, departamentos, Unidades Acadêmicas, diretorias administrativas ou pró-reitorias.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 O auxílio concedido na forma da presente resolução é pessoal e intransferível e só pode ser utilizado para os fins determinados, com a previsão de liberação condicionada ao cumprimento dos prazos estabelecidos e à entrega da documentação exigida, podendo ser acumulado com outras bolsas, auxílios ou benefícios.

Art. 14 O cumprimento desta resolução está condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 15 A execução orçamentária e financeira das despesas objeto desta resolução observará as disposições da Constituição Federal, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual Técnico de Orçamento (MTO) vigentes no respectivo exercício, além das normas vinculantes e as alterações posteriores emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

Art. 16 Os casos omissos ou controversos na aplicação desta resolução serão encaminhados ao CONSU para análise e deliberação.

Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Diamantina, xx de xxxxxx de 2025.

**Heron Laiber Bonadiman**  
**Presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão**

# UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

## DESPACHO Nº 77/2025/CONGRAD/PROGRAD

Processo nº 23086.139866/2025-79

Interessado: Conselho de Graduação

*Ao Consepe*

**O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, na qualidade de Presidente do Conselho de Graduação, faz saber que o Congrad, em sua 165ª reunião, realizada no dia vinte e quatro de novembro de 2025, aprovou a minuta da resolução que dispõe sobre a **concessão de auxílio aos discentes dos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM para participação em ações institucionais discentes (Doc. 1950967)**, conforme solicitado neste processo, e o encaminha ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) para apreciação.

DOUGLAS SATHLER DOS REIS  
Presidente do Congrad  
Prograd/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Sathler dos Reis, Pro-Reitor(a)**, em 25/11/2025, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1950970** e o código CRC **8EE5F215**.

Referência: Processo nº 23086.139866/2025-79

SEI nº 1950970